

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REPERCUSSÕES NA COMUNIDADE DE SÍTIO DOS PINTOS, RECIFE- PE

Carina Géssika¹
Erika Alencar²
Marília Andrade³
Nathália Thaís⁴
Maria Fátima P. Alves⁵
Raquel de Aragão⁶

RESUMO

Este artigo tem por finalidade discutir a capacidade que o Programa Bolsa Família (PBF) tem de alcançar seus objetivos propostos, verificando o destino que as famílias dão ao dinheiro recebido através deste. O aporte teórico foi baseado em três categorias – renda, políticas públicas e alimentação. O mesmo tem por base pesquisa realizada na comunidade Sítios dos Pintos, Recife- PE, onde realizamos entrevistas semi-estruturadas com membros de famílias ali residentes. Os resultados indicam que 80% das famílias utilizam o recurso para alimentação e que menos da metade se esforçam para conseguir emprego e continuarem seus estudos. Concluiu-se, em função disto, que o programa deve ser reavaliado, ou repensado, ficando claro também a necessidade de se implementar ações complementares para melhor atender as necessidades destas famílias.

PALAVRAS- CHAVE: Renda. Alimentação. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) tornou-se o principal programa político social de transferência de renda do governo Lula, que tem como objetivo primordial a diminuição da pobreza a curto e longo prazo. Para o recebimento deste benefício, algumas condições devem ser cumpridas pelas famílias, como por exemplo: a manutenção da frequência dos filhos e filhas à escola e a atenção ao calendário de vacinas das crianças, caso contrário, a família é desligada do programa, conforme publicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009).

¹ Estudante do 4º período do Curso de Economia Doméstica – Universidade Federal Rural de Pernambuco. <carina_gessika@hotmail.com>

² Estudante do 4º período do Curso de Economia Doméstica – Universidade Federal Rural de Pernambuco. <alencar.erika@hotmail.com >

³ Estudante do 4º período do Curso de Economia Doméstica – Universidade Federal Rural de Pernambuco. <mariliafranca@hotmail.com>

⁴ Estudante do 4º período do Curso de Economia Doméstica – Universidade Federal Rural de Pernambuco. <nathalia_thaisbo@hotmail.com>

⁵ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora assistente do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. <fatimapalves@hotmail.com>

⁶ Doutoranda em Ciências Sócias pela UERJ e Professora da área de Desenvolvimento Humano do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. <aragaouchoa@hotmail.com>

Dentre os elementos mais polemizados do PBF, destaca-se: a existência ou não de “portas de saída”, que o programa proporcionaria às famílias; a questão renda, que é um fator crucial para o recebimento do benefício e a categoria da segurança alimentar, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008), consiste na realização do direito de todos os indivíduos ao acesso contínuo a alimentos de boa qualidade e em quantidade suficiente. Aspecto que também iremos analisar neste trabalho.

Este estudo foi realizado na comunidade Sítio dos Pintos, com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com o objetivo de verificar o destino que estas dão ao dinheiro recebido através do programa; compreender o modo como este recurso é utilizado dentro destas famílias, com destaque para a eleição das prioridades anunciadas e percebidas e para os principais segmentos beneficiados, assim como se essa é a principal fonte de renda ou é uma fonte complementar, com a expectativa de que este benefício consiga atingir o seu propósito que é o alívio imediato da pobreza.

Como estudantes de Economia Doméstica, aptos/as para auxiliar essas famílias no que diz respeito à qualidade alimentar, habitacional e social, e diante da importância deste programa e dos benefícios que traz à população de baixa renda, resolvemos iniciar uma análise em profundidade junto às famílias beneficiárias, problematizando o uso do dinheiro e as consequências sociais proporcionadas pelo acesso ao benefício, associada à compreensão da necessidade que as famílias têm de sobreviverem e se sustentarem. Através de visitas, observações participantes e entrevistas com roteiros semi-estruturados, buscamos acompanhar a rotina destas famílias, assim como verificar a veracidade das pesquisas e especulações já publicadas anteriormente sobre o programa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Em razão dos objetivos propostos e da relevância deste estudo para os/as economistas domésticos/as, foi construída esta revisão com base nos pontos centrais das temáticas em análise: políticas públicas, renda e alimentação.

2.1 Transferência de renda e condicionalidades

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sua esposa, Ruth Cardoso tocava subprojetos junto com Organizações Não Governamentais (ONGs) e foi através destes que

Herbert José de Souza, o Betinho, idealizou o Bolsa Família. Mas, só no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, foi implantado o Programa. Este se iniciou com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar Combate à Fome que, após um ano de existência, foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de incrementar ações governamentais voltadas para a inclusão social, excluir a pobreza e as desigualdades sociais, e Combater à fome (ZIMMERMANN; SILVA, 2006).

De acordo com a divulgação do site do MDS (2009), o PBF compõe-se da unificação e ampliação dos programas chamados Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, passando a ser um único, administrado pelo MDS. O programa tem como objetivo três dimensões distintas para superar a pobreza e a fome:

- Dar ênfase aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação.
- Por meio da transferência de renda, promover o alívio imediato da pobreza.
- Coordenação de programas complementares, que ajudem os(as) beneficiários(as) a superar a situação de pobreza.

Ainda o site do MDS (2009) afirma que é através desta transferência direta de renda, que o Programa beneficia famílias em situação extrema de pobreza e pobreza, a partir de algumas condições:

- Educação: Para crianças e adolescente com idade entre 6 e 15 anos é necessário ter frequência escolar mínima de 85%, e mínima de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos.
- Saúde: Acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré- natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.
- Assistência social: Frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços sócios educativos para crianças e adolescentes de ate 17 anos em risco ou em retiradas do trabalho infantil.

Estas condicionalidades têm como objetivo responsabilizar os beneficiários e o poder público, que deve identificar os motivos do não cumprimento destas e implementar políticas de acompanhamento para essas famílias, afirma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Infelizmente, a porta de saída que o programa oferece é apenas o descumprimento destas, em outros termos, poucos são os que deixam o programa, e segue-se afirmado que

“quem ganha o bolsa família pode até abandonar a miséria extrema, mas não vislumbra a oportunidade de saltar de classe social” (GUANDALINI, 2007).

Para a aprovação do cadastro do bolsa família, os beneficiários passam por uma seleção pública baseada em critérios socioeconômicos, onde o sistema de pontuação considera a vulnerabilidade de acordo com a renda per capita familiar e outros fatores como: dependência familiar, escolaridade e condição de moradia, sendo o fator renda o principal para aquisição ou exclusão do benefício, divulga Vitalle e Acostas (2008).

Para o entendimento deste tipo de transferência, faz-se necessário entender a diferença de renda básica e renda mínima. Parijis (2000) descreve renda básica como uma renda paga individualmente a todos os membros de uma família, independente da sua situação econômica ou exigência de trabalho. O que não ocorre com PBF, onde a renda é distribuída por família até que estas comprovem sua situação econômica. E renda mínima, de acordo com Lavinias (1998), citado por Zimmermann e Silva (2008), é a transferência de renda monetária direta do governo às famílias ou indivíduos que precisam do mínimo para sua sobrevivência. Foi isso que se deu com a lei 10.836, de 09/01/04, onde a renda mensal por pessoa de até R\$69,00 significa que o indivíduo está em condições de extrema pobreza, e de R\$ 69,00 até 137,00 por pessoa, sua situação defini-se como pobreza.

2.2 Alimentação x Bolsa Família

De acordo com uma pesquisa realizada com 5 mil titulares do cartão bolsa família, em 229 municípios brasileiros do Nordeste, Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul, em setembro e outubro de 2007 pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), 87% utilizam a maior parte deste benefício com alimentação. Esse resultado comprovou que quanto mais pobre a família maior é a proporção de renda com alimentação.

A pesquisa ainda mostrou que após o recebimento do benefício do PBF aumentou o consumo de açúcares em 76%, arroz e cereais em 76%, leite em 68%, biscoitos em 63%, industrializados em 62%, carnes em 61%, feijões em 59% óleos em 55%, frutas em 55%, ovos em 46%, raízes em 43% e vegetais em 40%. Esse resultado relatou que houve algumas mudanças no consumo alimentar das regiões nordeste, sudeste, Centro-Oeste e Norte, e Sul. No Nordeste aconteceu um aumento do consumo declarado de todos os alimentos, com menor proporção de leite e de seus derivados. No Sudeste o aumento mais significativo foi o consumo de leite e seus derivados. Centro-Oeste e Norte foram às regiões onde, comparando ao restante do país, houve menos mudança no consumo dos grupos de alimentos. E no Sul, o

consumo de verduras e legumes foi o que menos se modificou quando comparado aos demais grupos de alimentos.

Os resultados apresentados sobre as modificações na alimentação das famílias brasileiras, após o recebimento do benefício, dizem respeito a uma série de fatores, entre eles estão:

- As famílias priorizam a compra e o consumo de alimentos considerados básicos e de baixos preços, capazes de propiciar a saciedade e a provisão de energia, pelo consumo de alimentos “fortes” e aqueles mais ligados ao desejo, principalmente o dos filhos.
- Famílias que já tinham a alimentação básica “suprida” – programa possibilitou aumento na aquisição de alimentos considerados “complementares”, como frutas, verduras legumes, alimentos industrializados e outros considerados “supérfluos”, e também da carne, alimento valorizado e de difícil acesso.
- O programa possibilitou que Famílias que não tinham alimentação básica suprida passassem a comprar mais alimentos considerados básicos, como feijão e arroz.
- A regularidade no aporte de recursos propiciada pelo programa – possibilita planejar gastos e, conseqüentemente, modificar o padrão de consumo.
- O consumo declarado de arroz e feijão aumentou, principalmente, entre as famílias de mais baixa renda.

Estes resultados mostraram que as modificações na alimentação das famílias, a partir do recebimento do benefício do PBF, acompanham uma tendência nacional em relação ao aumento no consumo de proteínas de origem animal, leite e derivados, houve também aumento no consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados, aumento em menor proporção, no consumo de vegetais e hortaliças.

3 METODOLOGIA

O campo de pesquisa foi a comunidade de Sítio dos Pintos, localizada no bairro de Dois Irmãos, um bairro popular que localiza-se próximo a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A amostra da pesquisa foi composta por 20 famílias escolhidas aleatoriamente, mas apenas 12 nos interessaram diretamente por receber o benefício. Pautamos-nos na perspectiva de Goldenberg (2004), citado por Carneiro et al. (2008), que afirma não ser o critério numérico que exprimi a representatividade da amostra e dos dados na pesquisa qualitativa,

mas, sim, a capacidade de permitir a compreensão do significado e a descrição densa dos fenômenos estudados em seu contexto.

Para esta pesquisa foi utilizado um roteiro semi-estruturado, onde sistematizamos e ordenamos nossas observações e conversações com as mulheres beneficiadas. Cabe ressaltar que não selecionamos nenhum critério quanto ao sexo do(a) entrevistado(a), podendo ser este(a) do sexo masculino ou feminino, mas no caso das famílias que recebem o benefício no bairro, e que tivemos contato nesta pesquisa, só encontramos mulheres beneficiárias do programa.

As técnicas utilizadas foram: observações dos contextos familiares, entrevistas semi-estruturadas, gravadas por meio de um aparelho celular, além do levantamento bibliográfico sobre a temática. Os dados que buscamos coletar através dos instrumentos metodológicos já citados, referiam-se ao perfil socioeconômico das famílias e a questão central que problematizamos no trabalho, que é verificar se este benefício consegue atingir seu objetivo que é trazer a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade do Sítio dos Pintos era caracteristicamente composta por famílias de baixa renda, apresentava saneamento básico precário, além de tipos de residências diversificados: de taipa até alvenaria, e, em sua maioria, com difícil acesso.

A renda familiar variou entre R\$60 e R\$320 por pessoa. Sendo que, 16,67% das famílias não possuíam renda fixa; 33,35% das famílias recebiam apenas um salário mínimo e as demais recebiam mais de um salário ou complementavam a renda com outras atividades (barraca, venda de revistas, prestação de serviços).

A média de membros na família era de 5 pessoas por casa, sendo 2 crianças por família. A escolaridade também variou: 50,4% dos entrevistados concluíram, estudavam ou pararam de estudar no ensino médio. Observou-se que quanto mais velhos eram os entrevistados, menor o grau de escolaridade detinham (a maioria parou de estudar ainda no ensino fundamental).

As condições das residências iam de ruins a regulares; a maioria era de difícil acesso e localizadas em áreas que possuíam esgoto a céu aberto. 90% das casas eram de alvenaria, porém pequenas e mal estruturadas diante da quantidade de membros. Apenas 25% das casas possuíam piso e algumas estavam passando por reformas.

Com relação ao consumo realizado com o recurso do Programa Bolsa Família, 20% das famílias não utilizavam para alimentação, sendo o destino a compra de remédios e cursos para os filhos; todas as outras usavam para alimentação, priorizando carnes, cereais e verduras; 34% assumiram que consumiam bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros com este recurso. Observou-se que o fator religião, embora pouco falado, também influenciava nestas escolhas: excluindo bebidas e cigarros de seu consumo no caso das que afirmaram praticar com regularidade algum tipo de religião. Analisando itens encontrados nas casas, 100% possuíam aparelho de TV; 75% aparelho de rádio; 25% computador e microondas; apenas duas famílias tinham um meio de transporte próprio (uma possuía carro e a outra moto).

A pesquisa ainda buscou mapear os sonhos e anseios que as famílias apresentavam para o futuro. Aproximadamente 25% dos entrevistados/as sonhavam em reformar ou comprar uma casa, sendo que a maioria gostaria de se mudar da localidade, por conta do difícil acesso; outros 25% desejavam comprar eletro-eletrônicos (som, computador) ou eletrodomésticos (geladeira, fogão); apenas uma pessoa almejava ter seu próprio negócio; outros queriam cursar o nível superior, trabalhar e viajar para o exterior. Porém, 37% dos entrevistados, segundo próprio relato, não faziam nenhum esforço para concretizar seus objetivos.

Meu sonho é de reformar a minha casa, fazer primeiro andar. Meu pai foi quem me ajudou a construir essa. Hoje não tenho dinheiro não, mas peço muito a Deus pra que Ele me ajude. (M^a José, 34 anos, dona de casa).⁷

Outros 27%, juntavam dinheiro, mas encontravam dificuldades; e apenas 27% se esforçavam com os estudos e trabalho, fazendo as devidas economias. Os 9% restantes não declararam sonho algum.

Durante a pesquisa também foram questionadas as opiniões dos beneficiados sobre o programa, 58,5% consideravam que o Programa é muito bom e ajuda muitas famílias, principalmente para comprar comida; 25% afirmaram que o valor deveria aumentar.

O dinheiro que a gente recebe é muito pouco, mal dá pra comida dos meninos. Eles deveriam aumentar o valor e ver também as pessoas que precisam, Porque tem gente que nem precisa tanto assim e recebe, enquanto tem gente que tenta conseguir a bolsa e dizem que não pode. (Joana, 22 anos, dona de casa)

16,5% compreendiam que o Programa é desorganizado, e que deveria haver uma maior fiscalização para saber as famílias que realmente necessitam da transferência de renda.

⁷ Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos/as entrevistados/as.

Esse programa é um pouco atrapalhado; quase que eu perco, porque eu e meu companheiro estávamos desempregados e tinha que levar as carteiras de trabalho; eu levei e depois tava constando lá que meu marido tava trabalhando! Mas depois consegui resolver. Sem contar que já diminuiu o valor umas duas vezes e não sei porquê. (Michele, 20 anos, dona de casa).

Diante destes resultados é possível constatar a necessidade de ainda repensar, ou reavaliar a implementação deste Programa, como também aprimorar o estudo das famílias deste bairro para melhor atendê-los em suas necessidades específicas.

5 CONCLUSÃO

Apesar da pesquisa realizada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) em 2007, apontar que 73% das famílias beneficiadas pelo PBF o vêem como algo temporário e que “dá mais mobilidade para procurar emprego”, essa “porta de saída” do Programa (pode-se assim dizer) não é observada na comunidade do Sítio dos Pintos, pois das famílias pesquisadas, apenas uma investia em cursos profissionalizantes para os filhos, o que consideramos neste trabalho um dispositivo direto para o alcance dos objetivos do Programa. Apesar de o governo possuir um programa paralelo ao Bolsa Família, que promove a qualificação profissional para os pais e as mães, eles não acontecem com regularidade em todo o país ou não são devidamente publicizados, pelo menos não ouvimos menção desses cursos na comunidade.

Esta pode ser considerada uma das brechas do PBF, por tratar-se de um fator essencial à garantia de integralização das políticas públicas, e devido ao fato de que transfere renda para as famílias que atendem aos requisitos, mas não apresentam oportunidades efetivas para que essas famílias possam caminhar sozinhas um dia.

Considerando a questão da alimentação, que diz respeito à segurança alimentar, observou-se que o programa não promove uma alimentação adequada e saudável, uma vez que o acesso a isto demandaria outros elementos para além do fator renda, mas ameniza a fome. Diante dessa realidade, o PBF atingiu resultados diferentes, pois depende exclusivamente da situação econômica de cada família, visto que estas possuíam prioridades distintas. Ou seja, nas famílias que não possuíam renda fixa por parte dos membros, este benefício era direcionado às necessidades básicas. Já no caso das que disponibilizavam de algum tipo de renda, utilizavam para outros fins, algumas para a aquisição de bens considerados “supérfluos”.

Desta forma, analisado em seus vários aspectos, concluiu-se que o Programa apresenta pontos positivos e negativos, mas ainda não contribui significativamente para mudanças das situações cotidianas marcadas pela pobreza e pela exclusão social, apenas ameniza necessidades mais imediatas, principalmente a falta de alimentos. Os/as beneficiário/as podem abandonar a condição da extrema miséria, mas não vislumbram a oportunidade de mobilidade no que diz respeito à classe social.

Para um melhor funcionamento do Programa, o governo deveria prover de algumas políticas complementares com ações e serviços que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias, por meio de estratégias das diferentes áreas dos governos federal, estaduais e municipais. É a associação de políticas de redução da pobreza e políticas de promoção da cidadania que permitiria a estas famílias a capacidade de desenvolvimento e a diminuição da vulnerabilidade específica.

As mais significativas ações complementares poderiam ser implantadas neste grande sistema de transferência de renda, algumas merecem destaques como: Políticas de Assistência Alimentar, Políticas de Consumo, Políticas Alternativas de Geração de Trabalho e Renda, melhoria nas condições habitacionais, dentre outras, que visam o desenvolvimento dos/as beneficiários/as do Programa Bolsa Família. Nestas, o papel do Economista Doméstico seria central, notadamente na promoção da qualidade vida, sustentabilidade e empoderamento das comunidades e famílias.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Roja, VITALLE, Maria Amália Faller. **Família, redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARNEIRO, Maria da Penha et al. **Programa Bolsa Família: mudanças e permanências segundo as mulheres beneficiárias em Viçosa**. Oikos, Viçosa, v.19, n.2, p. 207-231, 16 de out., 2008.

BETINHO. **Diálogos sobre o direito humano à alimentação**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 24 slides, color. Acompanha texto.

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa bolsa família: o que são condicionalidades?**. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

BRASIL/MINISTÉRIO DA REPÚBLICA. **Fome Zero: Bolsa Família: pesquisa aponta que famílias gastam mais com alimentação.** 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/bola-familia-pesquisa-aponta-que-familias-gastam-mais-com-alimentacao>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

GUANDALINI, Giuliano. **Fácil de entrar, difícil de sair.** Veja, 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/290807/p_074.shtml>. Acesso em: 20 mai., 2009.

IBASE. **REPERCUSSÕES do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas.** 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf> Acesso em: 05 jul., 2009.

PARIJIS, Van Philippe. **Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?** Scielo, São Paulo, v.14, n.40, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300017> Acesso em: 05 jul., 2009.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. **As experiências internacionais de renda mínima na redução da pobreza.** Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/082/82zimmermann.htm>> Acesso em: 08 jul. de 2009.